

Pantanal vê os riscos da produção desordenada

Assoreamento de rios e fogo ameaçam o bioma

Por Amália Safatle — Para o Valor, de São Paulo

03/05/2021 05h01 · Atualizado há 8 meses



Gustavo Figueiroa

Maior planície inundável do mundo, o Pantanal é afetado por atividade agrícola desordenada no planalto e construção de pequenas centrais hidrelétricas — Foto: Divulgação

Quem vê a maior planície inundável do mundo, habitada por milhares de espécies de selvagens e com uma beleza cênica de tirar o fôlego, nem sempre enxerga a vulnerabilidade que ali reside. O Pantanal foi considerado por décadas um modelo de produção econômica aliado à conservação, ao produzir gado bovino em pastagens esculpidas pela natureza, enquanto presta uma série de serviços ambientais como a proteção das águas, dos solos, da biodiversidade e do clima. Com apenas 15% de sua área antropizada (que teve as características naturais alteradas) e 95% constituída por propriedades particulares, o Pantanal mostrou como é possível harmonizar a produção privada com o ciclo de cheias e vazantes, uma pulsão permanente que renova a riqueza da flora e da fauna. Mas esse não é um jogo ganho.

Em 2020, os incêndios descomunais que vieram a consumir 30% do Pantanal serviram como um choque de realidade. O bioma, tido como um dos mais preservados do mundo, está em perigo - e não apenas pela ação do fogo. O assoreamento dos rios, por exemplo, é uma tragédia ambiental, crônica e silenciosa, apontada por especialistas. A construção de 133 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) prevista no bioma é outra. E as queimadas podem se repetir em proporção igual ou maior neste ano, como alerta o Observatório Pantanal, coletivo formado por 39 organizações socioambientais no Brasil, Paraguai e Bolívia.

Quem vê o mundaréu de água pode pensar que o Pantanal é uma região abundante em chuvas, mas o índice pluviométrico é de apenas um mil milímetros anuais. Suas águas são grandemente abastecidas por quatro mil nascentes localizadas fora dele, no chamado planalto - o Cerrado, onde o agronegócio vem se expandindo desde a década de 1970.

A atividade agrícola feita no planalto de forma desordenada, sem a devida proteção do solo, das nascentes e das matas ciliares, compromete os cursos das águas e o próprio Pantanal, ao carrear para a planície pantaneira os sedimentos de um solo muito arenoso. "O produtor rural de fora do Pantanal está prejudicando o pantaneiro", diz Alexandre Bossi, que atua no mercado financeiro e preside a SOS Pantanal. A ONG foi fundada há 11 anos por Roberto Klabin e tem conselho composto por empresários, pecuaristas e ambientalistas.

Para Bossi, a maneira de enfrentar esse problema é pela educação e conscientização. O mesmo produtor que desrespeita as matas ciliares vai fazer turismo no Pantanal, sem enxergar que o prejuízo às nascentes impacta o próprio lazer. “A gente procura explicar que as coisas estão interligadas, mas há muita resistência”, ressalta.

Uma amostra do que pode ocorrer em qualquer parte do bioma deu-se no Rio Taquari, no Pantanal do Mato Grosso do Sul. Um intenso processo erosivo levou ao assoreamento e resultou na destruição de 600 mil hectares de matas e cerca de cem fazendas. No fenômeno, chamado Arrombado, ocorrido entre 1995 e 1996, a margem direita do rio arrebitou em um determinado ponto, extravasando imensa quantidade de água a ponto de alterar o leito.

“Foi um dos maiores desastres ecológicos que o Brasil já viu”, diz Renato Roscoe. Ele dirige o instituto Taquari Vivo, a convite de Teresa Bracher, ambientalista, esposa do banqueiro Candido Bracher. O episódio é retratado no documentário “Ruivaldo, o homem que salvou a terra”, dirigido por Jorge Bodanzky e João Farkas. O Taquari Vivo pretende atuar por meio de reestruturação da pecuária no planalto, apoio à pecuária sustentável no Pantanal e pagamentos por serviços ambientais.

A pulsão dos rios é ameaçada também pelas PCHs. “O Pantanal é um coração e as veias são os rios que o alimentam. Construir PCHs, como estão querendo, é entupir as veias e acabar com o ritmo das águas. Uma pequena usina pode não causar problema, mas um conjunto de mais de cem, sim”, afirma Bossi.

Some-se a isso a maior susceptibilidade aos incêndios. De acordo com Roscoe, o Pantanal encontra-se no começo de um período de estiagem, que é cíclico (dura de cinco a seis anos), com o agravante da mudança climática global. A tendência é o bioma ficar mais seco, segundo os modelos do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC). Além disso, há uma crescente presença do homem no entorno, com mais estradas, e a chegada de novos fazendeiros que não sabem como manejar o fogo e evitar seu alastramento.

A secretária de meio ambiente de Mato Grosso, Mauren Lazzaretti, diz que o Estado já conta em 2021 com R\$ 65 milhões para combate ao desmatamento

ilegal e aos incêndios florestais.

“Temos o maior orçamento dos últimos dez anos”, afirma. Segundo ela, a ação de combate ao fogo em 2020 foi prejudicada pela pandemia, pois faltaram insumos, equipamentos e veículos. Ainda assim, diz que foi o ano em que a secretaria, o Exército e os Bombeiros mais repreenderam ações ilícitas, com mais de R\$ 1 bilhão em autuações.

Sobre o impacto das PCHs, ela afirma que não se pode generalizar, porque algumas operam a fio d'água e não representam barramento, nem impactam a fauna e todas serão analisadas caso a caso. Em relação ao assoreamento, diz que Mato Grosso tem condições de trabalhar cooperativamente com os Estados para que se cumpram as regras do Código Florestal.